

15

ISSN 1414-0640

Série Documental
TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Por uma Sociedade Educadora

Eliezer Pacheco

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira

MEC

Ministério da Educação

INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Por uma Sociedade Educadora

Eliezer Pacheco*

* Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Brasília-DF
2005

COORDENADORA-GERAL DE LINHA EDITORIAL E PUBLICAÇÕES (CGLEP)

Patrícia Barcelos

COORDENADORA DE PRODUÇÃO EDITORIAL

Rosa dos Anjos Oliveira

COORDENADOR DE PROGRAMAÇÃO VISUAL

F. Secchin

EDITOR EXECUTIVO

Jair Santana Moraes

REVISÃO

Antonio Bezerra Filho

Marluce Moreira Salgado

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Regina Helena Azevedo de Mello

ARTE-FINAL

Celi Rosalia Soares de Melo

TIRAGEM

1.500 exemplares

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 1, 4º Andar, Sala 418

CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil

Fones: (61) 2104-8438, (61) 2104-8042

Fax: (61) 226-8468

editoria@inep.gov.br

DISTRIBUIÇÃO

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo 2, 4º Andar, Sala 414

CEP 70047-900 - Brasília-DF - Brasil

Fone: (61) 2104-9509

publicacoes@inep.gov.br

<http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Pacheco, Eliezer.

Por uma Sociedade Educadora / Eliezer Pacheco. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

12 p. – (Série Documental. Textos para Discussão, ISSN 1414-0640; 15)

1. Relação escola-sociedade. 2. Comunidade e educação – Porto Alegre. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. II. Título. III. Série.

CDU 37.014.53

SUMÁRIO

Por uma Sociedade Educadora

| | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| A CIDADE EDUCANDO A ESCOLA | 7 |
| A QUESTÃO DA CIDADANIA | 8 |
| EDUCAÇÃO E PROJETO POLÍTICO | 8 |
| A ESCOLA E A COMUNIDADE | 9 |
| PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E HEGEMONIA | 10 |
| AS ASSESSORIAS PEDAGÓGICAS | 10 |
| APRENDIZAGEM PARA ALÉM DA ESCOLA | 11 |

APRESENTAÇÃO

Ao longo de dezesseis anos, a cidade de Porto Alegre (RS) viveu a experiência de implantação de um estilo de administração popular que privilegiou a radicalização da democracia, o desenvolvimento tecnológico e o combate à exclusão social. O projeto político-pedagógico para a educação, em coerência com esses eixos, buscou traduzi-los em políticas educacionais capazes de responder aos desafios aí propostos. Sua perspectiva era de que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações, governamentais ou não.

Isso se traduziu no conceito de *Cidade Educadora*, na qual o poder público e a sociedade exercem, articuladamente, sua função educadora visando à construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações. Trata-se de de uma educação vinculada a um Projeto Democrático e Popular, comprometido com a emancipação dos setores explorados da sociedade, na perspectiva de uma Educação Popular que assimila e supera os princípios e conceitos da escola cidadã. Mais do que isso, a Cidade Educadora educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da violência social. Os projetos estão especialmente articulados com o conjunto de organismos governamentais e sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos são educadores e educandos.

“Escola Cidadã”, “Cidade Educadora”, “Participação Popular” são partes inseparáveis de um projeto pedagógico progressista e contemporâneo.

O autor, Eliezer Pacheco, foi secretário municipal de Educação de Porto Alegre e vivenciou o processo de implantação do Projeto “Porto Alegre, Cidade Educadora”. No texto a seguir ele mostra que o conteúdo do trabalho desenvolvido nessa perspectiva afirma a capacidade que tem o gestor público, em uma estrutura de Estado controlada socialmente, de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão e da radicalização democrática.

Orosinda Maria Taranto Goulart
Diretora de Tratamento e Disseminação de Informações Educacionais

Por uma Sociedade Educadora*

Eliezer Pacheco

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Ítalo Calvino. *As cidades invisíveis*, 1990

A CIDADE EDUCANDO A ESCOLA

Uma nova perspectiva para a vida humana é o objetivo que nos move neste início de século. O aspecto simbólico da passagem de milênio reitera, em todos nós, as questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Em especial, a educação, como política social capaz de emancipar os que estão presos à opressão, renova sua força política em projetos criativos e desafiadores, como os que foram afirmados ao longo dos 16 anos de administração popular em Porto Alegre.

Os Projetos da Administração Popular têm-se caracterizado por uma postura de oposição ao neoliberalismo, cujo conteúdo ideológico é o individualismo e a competitividade que marcam a sociedade contemporânea.

A profunda degradação das relações humanas perpassa todo o tecido social, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações que acontecem no universo da escola.

A Escola, como instituição da sociedade, é pressionada pelos valores de sua época. Os países pobres sofrem interferência de organismos financeiros internacionais que procuram ditar sua política educacional. O Brasil, nestes últimos anos, especialmente durante o período FHC,

aprofundou sua submissão a esse modelo, radicalizando a exclusão social, desnacionalizando a economia e impondo uma política educacional que devastou o ensino público em todos os seus níveis.

Porto Alegre não se submete a essa política na exata medida em que um projeto popular, nesta cidade, é construído coletivamente. Recusamo-nos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a escola à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista. Aqui, portanto, realizamos o contraponto ao neoliberalismo em educação.

Os índices de sucesso escolar, a valorização dos educadores da Rede Municipal de Ensino (RME), o conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas envolve a cidade em uma perspectiva educadora, demonstram o vigor do nosso projeto popular e democrático. O conteúdo do nosso trabalho afirma a capacidade que possui o gestor público, em uma estrutura de Estado controlada socialmente, de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão e da radicalização democrática.

No entanto, é tempo de continuidade e ruptura, porque é tempo, também, de avaliação da prática, como educadores que somos. No contexto

* Este trabalho foi realizado no contexto da gestão do Autor na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, entre 2001 e 2002.

de um processo dialético de continuidade e ruptura, a cada nova gestão da Secretaria Municipal de Educação (SMED) coloca-se a tarefa de realizarmos o debate sobre nosso projeto político-pedagógico dentro dos parâmetros estabelecidos pelo nosso programa de governo e pelo II Congresso Municipal de Educação de Porto Alegre.

A gestão 2001-2004 da Administração Popular definiu como eixos centrais de seu programa de governo a radicalização da democracia, o desenvolvimento tecnológico e o combate à exclusão social. O projeto político-pedagógico da SMED, em coerência com esses eixos, busca traduzi-los em políticas educacionais capazes de responder aos desafios aí propostos. Destacamos alguns pontos dessa proposta: a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal, mas resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pela ação do conjunto das organizações governamentais ou não.

Trabalhamos, portanto, com o conceito de Cidade Educadora, na qual o poder público e a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora visando à construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal. Não se trata, porém, de uma ação educadora qualquer, mas de uma educação vinculada a um Projeto Democrático e Popular, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma Educação Popular, que assimila e supera os princípios e conceitos da escola cidadã. Mais do que isso, a Cidade Educadora educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da violência social. Nossos projetos estão articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais e da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos.

A QUESTÃO DA CIDADANIA

O conceito de cidadania inclui-se no contexto das revoluções burguesas do século 18, como parte das lutas da burguesia, detentora do

poder econômico, mas desprovida de direitos políticos. A aristocracia decadente continuava a monopolizar as funções públicas, embora todo o setor dinâmico da economia já estivesse controlado pela burguesia.

A busca da cidadania era, portanto, uma luta pela igualdade no plano jurídico formal, porém, dele, o proletariado não faria parte. Este apareceria como coadjuvante de um processo por meio do qual não obteria grandes resultados, não se reconhecendo como participante do mesmo.

Posteriormente, as mobilizações pela ampliação dos espaços democráticos passaram a contar com a participação dos trabalhadores na busca de condições mais favoráveis para sua luta. Com isso, a democracia liberal burguesa passa a ter, também, características produzidas pelas lutas populares, embora sua essência seja excludente. Logo, não basta a escola ser cidadã, embora seja importante que possa ser garantidora de direitos. Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações. A escola precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ideologicamente ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e igualitária.

EDUCAÇÃO E PROJETO POLÍTICO

A pedagogia popular deve afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes projetos pedagógicos que aponthem os elementos do novo mundo possível. Uma educação exercida por trabalhadores em educação, cujos educandos são filhos de trabalhadores, não pode ter seu caráter de classe escamoteado.

Um elemento central dessa escola é a autonomia de cada unidade escolar, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional. Naturalmente, isso não significa falta de direção, mas, sim, a possibilidade de que o projeto pedagógico da Cidade

Educadora seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abordagens através de sua construção coletiva, pela comunidade escolar.

Todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, funcionários, guardas, merendeiras, etc., são todos trabalhadores em educação, e sua atuação na escola deve ser integrada, tendo o reconhecimento da SMED, enquanto ação educativa. A intervenção no processo didático-pedagógico se completa, no âmbito da escola, com a participação organizada dos pais ou responsáveis. Esta ocorre principalmente no âmbito do Conselho Escolar, instituição autônoma e instância máxima da escola. Os Conselhos Escolares, órgãos coletivos e expressão legítima da comunidade escolar em seu conjunto, devem constituir-se como definidores da identidade de cada escola e gestores da integração da sociedade com a escola.

A ESCOLA E A COMUNIDADE

A escola é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível para grande parcela da população. Por isso, deve estar permanentemente aberta à população e firmar-se como um efetivo pólo cultural, sendo indispensável um trabalho integrado entre conselhos escolares e direções das escolas. Cabe à SMED investir na formação continuada desses participantes, para que eles possam exercer com eficiência suas tarefas, qualificando o diálogo intra e entre os segmentos. Nosso objetivo central, nesse aspecto, é a disponibilização de todos os espaços escolares para a comunidade, inclusive nos finais de semana, o que se efetivará à medida que o Conselho Escolar e as organizações populares passem a assumir junto com a equipe diretiva a tarefa de gerir esses espaços e zelar pelo patrimônio público. Não é uma tarefa simples, porém possível de ser realizada através do diálogo e da organização.

No conceito de inclusão social, temos que abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância,

através de uma educação humanista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos, independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou de orientação sexual.

No âmbito da cidade, a SMED vem desenvolvendo projetos fundamentais para garantir o combate à exclusão social, tais como:

- ampliação do número de escolas envolvidas no trabalho com meninos e meninas em situação de risco;
- a escolarização dos trabalhadores em galpões de reciclagem;
- a escolarização dos funcionários públicos municipais efetivos ou terceirizados.

A radicalização da democracia na RME passa pela universalização do voto para todos os alunos regularmente matriculados no ensino fundamental e médio, pais e mães, funcionários efetivos ou terceirizados em exercício nas escolas. Passa, igualmente, pela qualificação e fortalecimento dos conselhos escolares, enquanto instâncias maiores da escola, pelo aprofundamento do Orçamento Participativo da SMED, do repasse trimestral de verbas para as escolas e por uma postura respeitosa e acolhedora da Secretaria em relação às unidades de ensino.

Uma questão que nos preocupou como dirigente municipal foi a violência e o tráfico de drogas, que são uma dura realidade de nossa sociedade. Esses problemas são produzidos, fundamentalmente, pela degradação das condições de existência da população e têm reflexos que se fazem sentir nas nossas escolas. Temos que enfrentar essas questões com políticas específicas, tais como: o desenvolvimento de uma Cultura de Paz; a qualificação de nossa Guarda Municipal; o estabelecimento de uma rede de atendimento envolvendo Escola, Conselhos Tutelares, Ministério Público, Secretaria de Segurança Pública. Todas estas ações demandam uma política de integração com a comunidade, de forma que ela assuma a tarefa de zelar pela segurança da escola, percebendo-a como um patrimônio seu. A escola e os educadores devem dar uma atenção especial ao consumo de

drogas entre os alunos, desenvolvendo programas de acompanhamento individualizado, pois nenhum problema que interfira no processo educativo pode ser ignorado pelos educadores.

A violência no seio da família é igualmente uma realidade cruel, cujas dimensões não nos permitem ignorá-la, uma vez que seus reflexos sobre os educandos são diretos. Os educadores necessitam de suporte para enfrentar esta situação. Para isso, trabalhamos com a proposta de comitês por uma Cultura de Paz nas escolas e Comitês Regionais de Defesa da Criança e do Adolescente. Estes comitês devem envolver todos os setores sociais relacionados com a questão, devem desenvolver políticas preventivas e adotar todos os encaminhamentos necessários ao enfrentamento dessa chaga social.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E HEGEMONIA

A existência de posições hegemônicas não pode significar a eliminação da pluralidade. Pelo contrário, a hegemonia só pode ser estabelecida pelo confronto de idéias livremente enunciadas. O “hegemonismo” leva ao dogmatismo, e este ao centralismo, ambos incompatíveis com um projeto democrático e popular de Educação. Por isso, uma Secretaria de Educação deve ser um espaço plural em sua composição e concepções, voltado para a implementação das políticas públicas na Educação. Junto à pluralidade de concepções, há unidade, pois nos orientamos pela Educação Popular concebida como intrinsecamente ligada ao saber e à cultura popular. Isso não contradiz a disputa pela hegemonia, que legitimamente as diferentes correntes de pensamento fazem. Nada mais estranho a um Projeto Pedagógico do que o autoritarismo, o dogmatismo e o fundamentalismo. O debate, a crítica e a autocrítica são inerentes ao fazer pedagógico; portanto, é inaceitável que o simples desejo de avaliar e discutir uma proposta seja hostilizado como se significasse um ataque à mesma. O contraditório é sempre saudável, e a sua negação, além de reacionária, é sintoma de falta de solidez conceitual.

A organização curricular por Ciclos de Formação, implementada nas escolas da RME,

gradualmente, a partir de 1996, diferencia-se do sistema seriado, entre outros aspectos, por eliminar os índices de reprovação, responsáveis pela exclusão das crianças e adolescentes do sistema escolar tradicional. Essa proposta não traz, entretanto, em si mesma, a garantia de ser uma proposta educacional progressista, uma vez que há governos conservadores que a adotam. Por outro lado, não se pode ignorar os desafios inerentes a essa forma de organização curricular, destacando-se aqui a questão da avaliação, na qual a não existência de reprovação não significa “empurrar” os estudantes para a frente, sem investir incansavelmente em suas possibilidades de aprendizagem. Essa não é igualmente uma fórmula milagrosa e definitiva de fazer Educação, mas parte de uma caminhada marcada pela historicidade, na qual os problemas devem ser enfrentados de frente e sem dogmatismo.

O aspecto mais importante na avaliação de uma escola não é ela ser ciclada ou seriada, mas sim, ter um Projeto Pedagógico consistente, democrático e progressista, construtor de cidadania, no qual a aprendizagem se realiza. A escola é um espaço importantíssimo de múltiplas possibilidades. Entretanto, sua tarefa central e inarredável é a promoção da aprendizagem. Se a escola falhar nesta tarefa terá fracassado em sua missão, e o esquecimento disto é a porta aberta para o populismo pedagógico com suas múltiplas facetas.

A escola de Porto Alegre não é diferente da escola tradicional apenas em função dos Ciclos de Formação, mas, também, devido à forma como os conteúdos escolares são definidos e abordados.

AS ASSESSORIAS PEDAGÓGICAS

Na atual forma de organização do trabalho na SMED, as assessorias pedagógicas têm o papel de promover a articulação das relações da escola com a comunidade escolar e com a rede de atendimento instalada no município, envolvendo postos de saúde, conselhos tutelares, Ministério Público, entre outras instâncias. Da mesma forma, objetivando aprofundar os laços com as políticas públicas da região onde desenvolvem suas atividades, as assessorias

regionais estabelecem as bases de apoio junto aos Centros Administrativos Regionais.

A cidade pode e deve ser um espaço de resistência e de proposição de alternativas à globalização neoliberal. Neste sentido, ela se constitui um novo sujeito político capaz de preservar raízes históricas que resistam à massificação desumanizante e de se integrar ao mundo globalizado, sem perder a sua identidade. No microcosmo da urbe, gestam-se nossas formas de organização política, plenas de participação popular.

APRENDIZAGEM PARA ALÉM DA ESCOLA

Estes são alguns dos pontos que pautaram nossos debates e nossa prática na SMED, na quarta gestão da Administração Popular em Porto Alegre, no período em que coordenei a Secretaria Municipal de Educação. Estamos conscientes de que somente por meio do exercício da crítica e da autocrítica foi possível superar as gestões anteriores e tornar esse projeto uma referência para aqueles que acreditam na possibilidade de uma escola pública democrática e de qualidade.

Porto Alegre quer afirmar, de forma inequívoca, que um novo mundo é possível. É este mundo da igualdade e da participação popular que educa, não apenas na escola, mas também nas plenárias do Orçamento Participativo, nas políticas culturais levadas aos bairros, no esporte levado às praças, que busca construir cotidianamente, apesar da avalanche neoliberal imposta ao País.

A concepção de Cidade Educadora está, indissoluvelmente, vinculada à participação popular, pois desta resulta a formação de uma cidadania consciente de que somente a ação coletiva pode construir uma sociedade fundada na democracia e na justiça social. Ela consiste na articulação entre democracia representativa e forma de superar a profunda crise vivenciada pela clássica “democracia burguesa” e de constituir um novo tipo de cidadão, consciente de sua importância como pessoa e, ao mesmo tempo, da suprema importância da ação coletiva.

Escola Cidadã, Cidade Educadora, Participação Popular são partes inseparáveis de um projeto pedagógico progressista e contemporâneo.

Estudos mostram que grande parte do aprendizado dos alunos pode ser creditada a fatores externos à escola. A partir de um levantamento realizado pelo Inep cruzando a nota e a realidade socioeconômica dos participantes no Enem, foram identificadas diferenças no desempenho relacionado à vida extra-escolar.

Esse cenário, explicitado pelas avaliações, reforça a idéia de que a melhoria da qualidade do ensino não deve ser uma responsabilidade exclusiva dos setores educacionais dos governos municipais, estaduais e federais, mas resultado de uma ação articulada de organismos ligados à educação, cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia, governamental ou não. É necessário desenvolver a concepção de uma *Sociedade Educadora*, onde a tarefa de produzir e disseminar conhecimento ultrapasse os limites da escola sem subestimar sua importância, oferecendo oportunidade de acesso a atividades culturais e esportivas, às novas tecnologias e à saúde preventiva. Todos os organismos governamentais, municipais, estaduais e federais, devem ter uma dimensão educativa e pedagógica em suas ações.

Um esforço para ampliar a participação de diversos segmentos do governo e da sociedade nos processos educativos é a abertura das escolas nos finais de semana, política que começa a ser implementada pelo Ministério da Educação e pela Unesco em todo o País.

Vários Estados e municípios estão em fase de implantação dessa política ou já desenvolvem atividades semelhantes. Em comunidades pobres, as escolas são, em muitos casos, a única oferta de equipamento de lazer e cultura. Onde a escola é aberta à comunidade os índices de violência e depredação são pequenos. Ministérios e secretarias (no caso dos governos estaduais e municipais) podem e devem ser chamados a integrarem-se nesse esforço.

Outra característica de uma sociedade educadora é o incentivo à leitura. Ter o hábito de ler livros, jornais e revistas representa um

salto importante no processo de aprendizado; ao mesmo tempo que desenvolvem habilidade de leitura, os alunos mantêm-se atualizados sobre a política, a economia e a cultura de sua cidade, do País e do mundo. Políticas de leitura são fundamentais para melhorar os níveis de aprendizagem.

Os resultados do Enem mostram uma diferença de sete pontos na média entre os alunos que lêem com frequência jornais, revistas e livros e aqueles que não têm este costume. Quanto ao interesse por assuntos da atualidade, os dados confirmam que estar informado sobre os acontecimentos da política nacional e internacional, da economia e com os que se relacionam às questões sociais e ambientais pode significar uma média de até nove pontos a mais. As empresas de jornais e revistas poderiam desenvolver políticas de ampliação do número de seus leitores, facilitando o acesso dos estudantes ou mesmo realizando promoções articuladas com o projeto pedagógico das escolas.

Os pais têm um papel fundamental no sucesso escolar dos seus filhos. É preciso que eles os incentivem a ler cada vez mais, e, para isso, também precisam ter o hábito de leitura. A família pode aproveitar todas as situações do cotidiano, como a observação de placas nas ruas, a visita a um parque e a ida à mercearia, para estimular o aluno a aprender. Como o interesse dos pais pela educação influencia no desempenho dos filhos, um dos caminhos para aqueles com baixa escolarização é freqüentar a Educação de Jovens e Adultos, atualmente oferecida em muitas escolas.

Na França existe, há 20 anos, para combater a desigualdade no seu sistema de ensino, as Zonas de Educação Prioritárias (ZEPs), que recebem, por meio de políticas compensatórias, recursos adicionais, por estudante, da ordem de 10%. São 530 ZEPs, envolvendo mais de seis mil escolas (10% do total), do maternal ao liceu (da educação básica ao ensino médio, no Brasil). Essas áreas atendem a 15% da população escolar, que é de, aproximadamente, 12 milhões de alunos. Elas têm quatro eixos prioritários: aprendizagem de matemática e francês, comunicação com as famílias, abertura cultural e ação sanitária e escolar. Metade dos recursos das ZEPs é do Ministério da Educação e o restante, oriundo de outros ministérios e associações. O objetivo é intervir para estabelecer um equilíbrio entre as regiões levando em conta critérios sociais, como renda, desemprego e atraso escolar. Um dos aspectos mais importantes das ZEPs é a confiança das famílias em relação à escola.

O exemplo da França pode ser adotado no nosso País na combinação dos esforços para melhorar o sistema de ensino brasileiro a ser adotado por toda a Nação. Além de garantir o acesso e a permanência em todos os níveis de escolarização, é necessário melhorar a qualidade. E este não pode ser um desafio apenas da escola ou dos sistemas de ensino, mas de toda a sociedade – uma sociedade voltada para o esforço de democratizar a educação, uma *Sociedade Educadora*.